

Stora Enso obtém “aval” para regularização de terras no RS

JLOEFFLER / 20/09/2009

Setembro 20, 2009 in “Mau-desenvolvimento”, Ameaça ao Ecosistema, América Latina, Aplicação Lei, Bancada da Celulose, Biodiversidade Ameaçada, Centro de Estudos Ambientais (CEA), Crime Ambiental, Código Florestal, Descaso Ambiental, Deserto Verde, Desertos Verdes, Eucalipitais, Eucaliptos, Flexibilização Ambiental, Injustiça Social, Insustentabilidade, Interesses Políticos, Interesses econômicos, Legislação Ambiental, Monoculturas, Monoculturas de Eucaliptos, Áreas Úmidas, Árvore | Tags: Azenglever Agropecuária Ltda, Conselho de Defesa Nacional, Desertos Verdes, Dia internacional de luta contra monoculturas de árvores, monólogo monocultural, Monoculturas de Eucaliptos, Pampa, Pulp & Paper, Stora Enso, Valor Econômico

Dias atrás uma notícia “pegou” de surpresa ambientalistas gaúchos: Stora Enso obtém aval para regularização de terras. Uma reportagem do Valor Econômico extremamente tendenciosa apontava que a Stora Enso conseguia legalizar o ilegalizável. Buscando maiores informações sobre o fatos mal esclarecidos, na reportagem, descobrimos que no Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2009, diz que: “o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, na condição de Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional, resolve: Dar assentimento prévio à Stora Enso Florestal Ltda. para adquirir 99,98% das quotas sociais da Azenglever Agropecuária Ltda. [...] com a ressalva de não reconhecimento de regularidade de exercício de atividade empresarial, a qual depende de análise específica dos órgãos competentes.”

Infelizmente fatos midiáticos de caráter (des)informativo estão sempre circulando na mídia, especialmente na gaúcha, com conteúdo que

beneficiam apenas as empresas. Poucas são as notícias que circulam apresentando o caráter (ou seria mau caráter?!) degradador social e ambiental. [eucaliptos-cor-p](#)

Stora Enso obtém aval para regularização de terras no RS

por André Vieira (Valor Econômico)

A Stora Enso conseguiu finalmente aval para regularizar o registro de terras compradas na faixa de fronteira no Rio Grande do Sul, o que impedia a maior fabricante europeia de papel de levar adiante seu plano de investimento em ativos florestais.

A autorização prévia foi dada pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN), órgão de consulta da Presidência da República para assuntos ligados à soberania e defesa do Estado, no mês passado. Com a decisão assinada pelo ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, a Stora Enso Florestal RS está livre para reunir a documentação e regularizar a propriedade das fazendas adquiridas entre 2004 e 2005.

A Stora Enso comprou 45,7 mil hectares de terras no Rio Grande do Sul dentro do plano de chegar a 100 mil hectares no Estado com a finalidade de plantio de eucaliptos para um futuro projeto de produção de celulose. Mas ao fazer o registro das terras, a empresa se deparou com a negativa do cartório de imóveis.

A partir daí, a empresa teve início a sua saga para regularização das terras. As fazendas estavam localizadas a menos de 150 quilômetros da fronteira brasileira, ferindo legislação brasileira que proíbe a posse em áreas rurais por parte de empresas com capital estrangeiro, exceto se autorizadas pelo governo federal.

O caso tornou-se polêmico. Para evitar que houvesse problemas de posse numa eventual invasão de terras, a Stora Enso colocou as propriedades nas mãos da Azenglever Agropecuária, uma empresa cujos sócios, brasileiros natos, eram executivos da própria empresa.

À época, ambientalistas acusaram a empresa de driblar a lei. O Ministério Público gaúcho investigou o caso, mas a Justiça arquivou a ação. Chegou-se a discutir até a mudança da lei, reduzindo-se a distância até a fronteira.

“A empresa fez o registro temporário na Azenglever até a autorização do CDN”, disse o vice-presidente da Stora Enso na América Latina, Otávio Pontes. “A decisão mostra que não cometemos nenhuma ilegalidade no processo.”

Embora os obstáculos para regularização das terras no Rio Grande do Sul estejam eliminados, a fabricante sueco-finlandesa disse que não sabe ainda quando serão retomadas as compras de terras. “A crise afetou muito o setor de celulose”, disse Pontes. Além do Rio Grande do Sul, a Stora Enso é sócia da Fibria (união da VCP com Aracruz) na Veracel, uma fabricante de celulose na Bahia, que possui um plano de duplicação, hoje congelado.

Em maio, a Stora Enso e a chilena Arauco adquiriram o projeto de reflorestamento da espanhola Ence no Uruguai. Com a aquisição, as empresas formaram uma joint venture reunindo todos os seus ativos florestais no país vizinho. Ao todo, as empresas possuem 123 mil hectares de terras com plantios, madeira suficiente para uma fábrica de celulose. Pontes ressalta, contudo, que não há decisão também sobre uma unidade industrial no Uruguai.

Fonte: [Clipping Ministério do Planejamento](#)

Fonte:

<http://centrodeestudosambientais.wordpress.com/>

[ANTERIOR](#)

Silêncio sobre a morte do colono

[PROXIMA](#)

Pelo 20 de Setembro

1 Comment

para kazan

Muchas gracias my friend

📅 21/09/2009

Deixe uma resposta

COMMENT *

NAME *

EMAIL *

WEBSITE

PUBLICAR COMENTÁRIO

MARQUE O QUADRADO A ESQUERDA E CONFIRME QUE VOCÊ NÃO É UM SPAMMER